

**Expresso**

17-08-2013

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Administração Pública**Dimensão:** 870**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/3

Cortes nas pensões em risco no TC

Governo está convicto de que mais do que as 40 horas ou a requalificação é a convergência das pensões que deverá ser chumbada P3

Pensões Convergência das pensões avança porque o Governo quer e a *troika* exige. Mas não passa

Governo preparado para novo chumbo do TC



Cresce no Governo a convicção de que a legislação sobre a convergência do sistema de pensões — que vai ditar um corte até 10% nas pensões que já estão a ser pagas pela Caixa Geral de Aposentações — dificilmente verá luz verde do Tribunal Constitucional. “Muito difícil”, “complicado”, “nem pensar”, são algumas das expressões ouídas pelo Expresso junto de vários elementos do Conselho de Ministros sobre a possibilidade de os juizes deixarem passar a legislação que aproxima o regime de pensões dos antigos funcionários públicos ao regime dos reformados do setor privado.

“É, de longe, o diploma mais difícil” de fazer passar no crivo do TC, afirmou um ministro. A verdade é que parece unânime entre os membros da coligação que esta matéria “tem de avançar”, não apenas por fazer parte dos compromissos assumidos pela *troika*, mas também por uma questão ideológica. O Governo considera “injusta e insustentável” a diferença das pensões entre público e privado: um aposentado do Estado recebe uma reforma equivalente a 90% do seu último salário e um aposentado do setor privado beneficia apenas de 60%. Já para não falar do valor médio das pensões pagas que, no privado, correspondem a metade da média das reformas públicas.

A principal dificuldade, acreditam os responsáveis governamentais, será convencer o TC de que a nova lei, que implica um corte nas pensões que já estão a ser pagas, não viola o princípio da proteção da confiança. Aliás, esse foi um dos princípios constitucionais invocados por Cavaco Silva esta semana, ao enviar para fiscalização preventiva do TC o diploma do Governo sobre a requalificação dos funcionários públicos, que substitui as atuais regras da mobilidade e permite, no fim do processo, o

despedimento de trabalhadores do Estado (ver caixa ao lado).

A mesma dúvida deverá levar o Presidente da República a pedir a apreciação preventiva do TC em relação à convergência das pensões. O envio do diploma para os juizes do Constitucional é dado como garantido, e o seu chumbo é dado como “altamente provável”.

Buraco de 740 milhões

Apesar desta expectativa negativa, fontes do Executivo garantem que a lei está a ser preparada com o maior cuidado jurídico, acumulando argumentos para tentar convencer o TC. O documento foi elaborado nas Finanças, mas Mota Soares (que na nova organograma do Governo passa a coordenar a CGA) está a acompanhar de perto o assunto. “O TC tem emitido acórdãos que têm surpreendido toda a gente”, diz um governante, lembrando que no OE que está em vigor muita gente apostava que a contribuição especial solidária aplicada aos pensionistas seria chumbada — o que não aconteceu.

Também o secretário de Estado Pedro Lomba reconheceu ao Expresso que “há sempre uma margem de indeterminação na interpretação da Constituição”, considerando que os juizes do TC devem ler as leis “em função das condições que o país atravessa”. Lomba está convicto de que o Governo “eliminou os riscos constitucionais” nos diplomas sobre as 40 horas e sobre a requalificação. Mas sobre a convergência das pensões escusou qualquer comentário.

Havendo pedido de fiscalização preventiva o processo é rápido e tudo deverá estar esclarecido antes da aprovação do Orçamento do Estado para 2014. Mas se a lei não passar, o Governo vê-se com um buraco de €740 milhões de — o

O CORTE DESMENTIDO



Na edição de 16 de fevereiro, o Expresso noticiava que o Governo se preparava para tornar definitivos os cortes aplicados às pensões mais altas atingindo, sobretudo, os funcionários do Estado. A notícia provocou uma reação imediata do primeiro-ministro, que disse: “Não é uma direção que estejamos a estudar”. Afinal, era mesmo.

valor que o Governo se comprometeu com a *troika* a poupar com a convergência da CGA com a Segurança Social. Nesse caso, a margem de manobra do Executivo é reduzida, restando apenas a expectativa de que Bruxelas aceite nova flexibilização das metas para o défice. Afinal, as autoridades europeias já deram sinais de que apenas imperativos constitucionais podiam justificar novas derrapagens das contas portuguesas. E, afinal de contas, seria este o caso.

FILIPPE SANTOS COSTA
e ROSA PEDROSO LIMA com M.S.
fscosta@expresso.imprensa.pt

PRESIDÊNCIA

Cavaco 'poupa' diploma das 40 horas

Cavaco Silva enviou para o Tribunal Constitucional a lei da ‘requalificação’, mas poupou à fiscalização prévia dos juizes o diploma que introduz na função pública a semana de trabalho de 40 horas. Uma notícia que foi recebida com alívio pelo Governo, embora já fosse esperada desde que, na 3ª feira, a Presidência anunciou apenas o envio da ‘requalificação’. Dos dois diplomas, este era visto pelo Governo como o que poderia levantar mais dúvidas constitucionais. O prazo para envio das 40 horas para o TC terminou ontem, pelo que agora resta ao PR promulgar ou vetar a lei — no Governo nem se admite a possibilidade de um veto. O aumento do horário de trabalho dos funcionários públicos, mais a redução que isso permitirá no pagamento de horas extraordinárias, representa, no orçamento de 2014, uma poupança de 184 milhões de euros. A decisão de Cavaco não evita, contudo, que essa lei seja analisada no TC, pois toda a legislação já prometeu que exigirá a fiscalização sucessiva. Porém, como esse é um processo mais demorado, mesmo que o TC acabe por se pronunciar pela inconstitucionalidade, dificilmente isso terá impacto no exercício orçamental do ano que vem. Num momento em que se fazem tantas a curto prazo, o Governo agradece a demora.